

“REUNINDO NUMEROSOS CAMARADAS”: ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS ANARQUISTAS E LIBERTÁRIAS NO PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL

Kauan Willian Dos Santos¹⁷

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a construção e a atuação de algumas organizações especificamente políticas anarquistas, ou com influência anarquista e libertária, no período da Primeira República do Brasil, como a Aliança Anarquista de São Paulo, a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, o Partido Anarquista Comunista do Brasil, o Centro Feminino Jovens Idealistas e a Liga Comunista Feminista. Recusando interpretações historiográficas que negaram os esforços de organização anarquista, ou apenas enxergaram suas empreitadas no nível social e cultural (sindicalismo, teatros operários, escolas racionalistas etc), temos a hipótese que militantes anarquistas no Brasil também se esforçaram para construir uma cultura política libertária na qual o dualismo organizacional (tanto no nível social e político) fosse consolidado.

53

PALAVRAS-CHAVE

Anarquismo - Dualismo Organizacional - Organização Anarquista - Sindicalismo Revolucionário

¹⁷ Doutorando em História Social (USP). Professor da rede pública municipal de São Paulo (SP) e membro do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)

ABSTRACT

This article aims to analyze the construction and performance of some specifically anarchist political organizations, or with anarchist and libertarian influence, in the period of the First Republic of Brazil, such as the Anarchist Alliance of São Paulo, the Anarchist Alliance of Rio de Janeiro, the Partido Comunista Anarchista do Brasil, the Centro Feminino Jovem Idealistas and the Liga Comunista Feminista. Rejecting historiographical interpretations that denied the efforts of anarchist organization, or only saw their undertakings at the social and cultural level (unionism, workers' theaters, rationalist schools, etc.), we have the hypothesis that anarchist militants in Brazil also made an effort to build a libertarian political culture in which organizational dualism (both at the social and political level) was consolidated.

54

KEYWORDS

Anarchism - Organizational Dualism - Anarchist Organization - Revolutionary Syndicalism

INTRODUÇÃO: O ANARQUISMO NO BRASIL E SUAS ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

Entre os atos e comemorações do Primeiro de Maio de 1917, nos quais já estava sendo construída uma movimentação para as intensas greves que se iniciaram cerca de dois meses após essa data, os militantes anarquistas em torno do periódico *Guerra Sociale* escreviam mencionando que sua organização, a Aliança Anarquista de São Paulo,

à qual aderiram mais de trinta organizações libertárias e de classe, além de um grande número de companheiros não organizados e que conta com a solidariedade de outros grupos anarquistas existentes nos Estados da Federação Brasileira, faltaria à sua missão se nesta hora angustiosa para todos, em que trágicos acontecimentos se anunciam, esquecesse que é nos momentos históricos que os partidos e os homens de ideias devem, a todo o transe, assumir a responsabilidade dos próprios atos e proclamar sem vacilações, nem tibiezas, o que pensam e os ideais que professam, que defendem e pelos quais se batem (*GUERRA SOCIALE*, 1 de maio de 1917, p.4).

55

É interessante notar que os participantes dessa organização, também assíduos no movimento operário brasileiro daquele período como Gigi Damiani, Angelo Bandoni, Edgard Leuenroth, Elvira Boni e outros, falavam da aderência desse projeto dentro e fora do país, e também da necessidade que um “partido” deveria ter naquele momento. O contexto que estes militantes estavam se referenciando dizia respeito à Primeira Guerra Mundial, às repressões contra as greves que estavam sendo construídas e às movimentações revolucionárias em outros locais, como na Rússia. Eles citavam ainda que tal organização visava “reunir numerosos camaradas que se encontravam dispersos por todo o país, vivendo na mais completa apatia por falta de coesão” era diferente de sua outra estratégia, o sindicalismo, já que desta vez seria uma “maneira ativa e eficaz entre homens que sentem as mesmas aspirações, professam os mesmos princípios e lutam pelo mesmo ideal” elaborando, “para este fim um programa especial, subordinado, porém, a sua intervenção e ação à propaganda integral do anarquismo” (*GUERRA SOCIALE*, 14 de outubro de 1916, p.3)

Apesar de oponentes políticos do anarquismo, inclusive no campo da esquerda, minarem as correntes libertárias como se não compreendessem “o papel da organização e da educação dos operários”(LENINE, 1986, p.36) como citou Lênin, a forma de organização citada não era

novidade na corrente política anarquista. Em 1907, no Congresso Anarquista de Amsterdã, um debate entre os militantes Pierre Monatte e Errico Malatesta deixou latente esse debate. O primeiro defendia que o “sindicalismo bastava a si próprio” (MONATTE in SAMIS, 2009, p.136) mostrando que o anarquismo e a estratégia do sindicalismo revolucionário eram redundantes, ou seja, a organização no nível social e aberta para todas as ideologias já tinha o germe, na prática, da sociedade visualizada pelos anarquistas. Já para o militante italiano:

Os anarquistas devem reconhecer a utilidade e a importância do movimento sindical, devem favorecer seu desenvolvimento e fazer dele uma das alavancas de sua ação, esforçando-se em fazer prosseguir a cooperação do sindicalismo e das outras forças do progresso numa revolução do sindicalismo e das outras forças do progresso numa revolução social que comporte a supressão das classes, a liberdade total, a igualdade, a paz e a solidariedade entre todos os seres humanos. Mas seria uma ilusão funesta acreditar, como muitos o fazem, que o movimento operário resultará por si mesmo, em virtude de sua própria natureza, em tal revolução. Bem ao contrário: em todos os movimentos fundados sobre interesses materiais e imediatos (e não pode estabelecer-se sobre outros fundamentos um vasto movimento operário), é preciso o fermento, o empurrão, a obra combinada dos homens de ideias que combatem e se sacrificam com vistas a um futuro ideal. Sem esta alavanca, todo movimento tende fatalmente a se adaptar às circunstâncias, engendra o espírito conservador, o temor pelas mudanças naqueles que conseguem obter melhores condições. Frequentemente, novas classes privilegiadas são criadas, esforçando-se por fazer tolerado, por consolidar o estado de coisas que desejaria abater. Daí a urgente necessidade de organização propriamente anarquista que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutam pela realização integral do anarquismo e procuram esterilizar todos os germes da corrupção e da reação (MALATESTA, 2000, p.163-164).

Como é perceptível, Errico Malatesta não fazia oposição à luta sindical, pelo contrário, era seu apoiador ferrenho. Não obstante, falava da necessidade de uma organização propriamente anarquista, para impulsionar e elevar radicalmente as lutas materiais dos sindicatos, dentro e fora deles. Para o autor Felipe Corrêa, considerando os 150 anos de história do anarquismo em sua envergadura global existiram três posições do anarquismo em relação à organização

1.) O *antiorganizacionismo*, que se coloca, em geral, contra a organização, tanto no nível social, de massas, quanto no nível político-ideológico, especificamente anarquista; esses anarquistas defendem o espontaneísmo ou, no máximo, a articulação em redes informais e/ou pequenos grupos de militantes; 2.) O *sindicalismo/comunitarismo*, compreendendo

que a organização dos anarquistas deve se dar somente no nível social, de massas, e que as organizações políticas anarquistas seriam redundantes, em alguns casos até perigosas, já que os movimentos populares, dotados de uma capacidade revolucionária, podem levar a cabo todas as proposições anarquistas; 3.) O *dualismo organizacional*, que sustenta ser necessário articular-se, ao mesmo tempo, em movimentos de massas e organizações políticas, com vistas a promover as posições anarquistas de maneira mais coerente e eficaz em movimentos mais amplos. ”

Podemos alocar tanto a posição referente à tese malatestiana de Partido quanto à Aliança Anarquista de São Paulo na terceira estratégia citada, do dualismo organizacional. Também podemos perceber o intenso debate sobre as formas de organização anarquista. No caso do Brasil, por exemplo, anarquistas foram responsáveis pela composição de organizações mutualistas ou de socorro mútuo como a Liga Humanitária dos Homens de Cor, criada em 1915 por Armando Gomes, pela construção de periódicos operários de diversas línguas como os títulos *La Battaglia*, *L'avvenire*, *A Plebe*, *A Lanterna*, *Spártacus*, *Aktion* e muitos outros, além dos diversos Centros de Estudos Sociais, ou mesmo das Escolas Modernas, que além dos programas educativos e de letramento para a classe trabalhadora, articulavam essa perspectiva com a arte (através dos teatros), com o esporte (através do futebol) e com o sindicalismo, uma vez que, na maioria das vezes, tudo isso ocorria em espaços sindicais (SANTOS, 2021). Sobre este último, anarquistas tiveram, junto com outros socialistas e sindicalistas pragmáticos, na construção de importantes organismos que foram pioneiros da combatividade econômica dos trabalhadores no período da Primeira República, como a Federação Operária Local de Santos, a Federação Operária do Rio de Janeiro e a Confederação Anarquista Brasileira (1906), que articulava tais federações em âmbito nacional.

A posição sindicalista/comunitarista foi, de fato, hegemônica e majoritária entre os libertários nesse período. Porém, recusamos a hipótese dos estudos que atribuem a suposta debilidade do movimento operário nesse período pela falta de organizações políticas. Um exemplo dessa perspectiva encontra-se na obra de Boris Fausto (1977) em “Trabalho Urbano e Conflito Social”. Para o autor, existiram fatores essenciais para um suposto fracasso político que não alcançou vitórias significativas nesse período, começando pela própria posição secundária da indústria para o Estado brasileiro, mas também da exclusão dos trabalhadores da organização política

partidária. Fausto também argumenta que esse último fator provinha, além da formação desigual da sociedade brasileira, da influência do anarquismo entre o movimento operário que se baseava em críticas morais e não propunha táticas e estratégias avançadas, não compreendia o papel do Estado e se distanciava da política representativa e eleitoral, fatores que supostamente contribuíram para o isolamento do proletariado estrangeiro, aumentando o poder das classes dominantes no período (FAUSTO, 1977).

É evidente que a historiografia influenciada pela “história vista de baixo” (HOBSBAWM, 1998) e recentemente pela “História Global do Trabalho” (LINDEN, 2013) avançaram recusando esse tipo de interpretação e colocando o anarquismo, o sindicalismo, o socialismo assim como outras correntes políticas do período como ferramentas possíveis de organização construídas pela classe trabalhadora. Não obstante, ainda podemos visualizar narrativas que abordam as organizações desse período como ingênuas ou prematuras entre as discussões de classe, ou mesmo, até para os simpatizantes libertários, uma incompreensão e ignorância dos debates de organização anarquista.

58

Tencionamos a seguir que, apesar da posição do dualismo organizacional ser minoritária entre os libertários e anarquistas nesse período, ela teve um papel importante nos debates de organização anarquista e sindical no período, além de outras questões nas quais estes militantes pontuaram, como a dominação de gênero. Além disso, esse debate deixou tradições que foram absorvidas tanto pela corrente libertária, mas também por socialistas diversos. Além do mais, analisaremos algumas especificidades de como se deu esse debate no país e as variações de suas propostas nas organizações que nos detivemos.

DEBATES INICIAIS E A *ALLIANÇA* ANARQUISTA DE SÃO PAULO

Ao contrário da imagem do italiano anarquista, que seria o arquétipo do militante do movimento operário na Primeira República, os debates sobre a construção de organizações políticas acompanharam o processo da formação da classe trabalhadora no Brasil a partir de suas diversas origens étnicas-nacionais, incluindo imigrantes e trabalhadores nativos. Em 1890, logo após a Segunda Internacional, Evaristo de Moraes

Filho visualiza a criação dos primeiros partidos socialistas no Distrito Federal, São Paulo e Porto Alegre (MORAES FILHO, 1981: p.17). Em 1897, por exemplo, podemos citar o Partido Socialista Rio-Grandense, fundado pelo militante de origem portuguesa Antônio Guedes Coutinho e pelo líder negro e gráfico Francisco Xavier da Costa, que chegou a participar das eleições de 1898 e 1900 (OLIVEIRA, 2012).

Os anarquistas não estavam alheios a tal debate e após suas experiências nas colônias de imigrantes, pautaram debates intensos tanto sobre a organização sindical quanto a necessidade de articulações políticas. Em 1893, anarquistas e socialistas que concordavam com os métodos de ação direta convergiam na criação do Centro Socialista Internazionale, em São Paulo. Ele funcionava no mesmo espaço do jornal *L'asino Umano*, editado pelo anarquista Giuseppe Zonghetti, na Rua Miller, nº 22. O organismo foi criado para articular ações, tanto sindicais, quanto comunitárias e de propaganda, entre um núcleo de militantes que editavam os períodos anarquistas *Gli Schiavi Bianchi*, *L'avvenire*, como Galileo Botti, Felice Vezzani, Alfredo Casini, Lodovico Tavani e Augusto Donati, e dos socialistas, principalmente próximos do Partido Socialista Italiano, como Andrea Costa e Alcibiade Bertolotti (SANTOS, 2021, p.57). Como podemos visualizar, assim como na Europa, o anarquismo não nasce no vácuo da política ou da sua incompreensão, mas da crítica de uma política representativa e estatista, e na escolha dos núcleos militantes como impulsionadores da luta social em torno dos órgãos operários de classe (por isso alguns se referiam à “antipolítica”, mesmo fazendo política), que deveriam ser o foco dos militantes revolucionários em sua prática política. Assim, apesar das críticas aos socialistas ou, como já chamavam, ao “partido marxista” afirmando que a “conquista dos poderes públicos pela luta política é uma utopia” (*IL RISVEGLIO*, 16 de janeiro de 1898, p.3), em 1894, o periódico *L'avvenire* publica o texto “Chi Siamo, chi vogliamo?” no qual deixa claro que:

Acima de tudo, somos socialistas. [...] O pensamento que domina e agita as classes trabalhadoras, que informa as agitações, as lutas, as reivindicações cotidianas, é o Socialismo. [...] Nós propomos substituir a atual organização do Estado autoritário pela relação administrativa dos trabalhadores, federações por livre acordo e em livre associação, desde a base de produção (*L'AVVENIRE*, 19 de novembro de 1894, p.1).

Nesse período, a população das cidades que eram polos industriais do Brasil crescia exponencialmente. São Paulo, por

exemplo, passava de 65 mil habitantes em 1890 para 240 mil em 1900, acompanhando as indústrias, no caso a têxtil na cidade (BIONDI, 2011, p.105-155).

Mesmo com a repressão intensiva que acompanhava desde a criação dos jornais operários e libertários, a atuação nos centros socialistas, e os atos públicos de rua, diversos anarquistas conseguem se articular com sindicalistas e socialistas construindo, logo no início do século XX, diversos órgãos sindicais, além de agremiações de categorias. Entre estes estavam a Federação Operária de São Paulo, a Federação Operária do Rio de Janeiro, a Federação Operária Local de Santos e a Federação Operária do Rio Grande do Sul, que já se articulavam em 1906 construindo a Confederação Operária Brasileira (SANTOS, 2021, p.119-133). Interligando diversas categorias e territórios diferentes, intensivas greves deixavam latente a presença dos anarquistas como num protesto de metalúrgicos da Companhia *Lidgerwood* por melhores condições de trabalho e pela jornada máxima de oito horas de atividade. A presença da FOSP garantiu que esses agentes recebessem o apoio de outras categorias como pedreiros, sapateiros, tecelões, gráficos, possibilitando considerável amplitude reivindicativa. Anarquistas, além de sua posição no interior da federação, ofereceram discussões e disseminaram notícias através de diversos jornais, entre eles o *La Battaglia* e *A Terra Livre* (LOPREATO, 1996, p.12).

Evidentemente, mesmo com inserção e debatendo no interior dos bairros operários e pobres, assim como realizando suas propagandas nas regiões interioranas, temos que ressaltar que diversos grupos anarquistas criticavam tanto as organizações político partidárias mas os esforços de um sindicalismo estruturado, assim como articulações e agrupamentos socialistas de diversos tipos. Esse era o caso do grupo em torno do periódico *La Battaglia* que afirmava que “o partidão sindicalista é uma vasta armadilha em que foram colocados os princípios fundamentais do socialismo e da anarquia para enjaular o elemento proletário” (*La Battaglia*, 16 de março de 1913, p.2). O periódico, assíduo já em 1904, contava com os redatores Oreste Ristori, Angelo Bandoni, Gigi Damiani e outros e era bem veiculado na comunidade italiana, assim como entre várias categorias de trabalhadores na cidade de São Paulo e numa rede translocal, onde era distribuído nas áreas interioranas e em outros estados.

Se esse antiorganizacionismo existia, assim como forte o sindicalismo/comunizarismo dos anarquistas organizacionistas, o grupo em torno dos periódicos *O Amigo do Povo* (1902) *A Terra Livre* (1905) foram os primeiros a proporem com mais intensidade o debate do dualismo organizacional. Eles foram criados como uma articulação entre os anarquistas nascidos do país como Benjamin Mota e Edgard Leuenroth, e imigrantes de diversas nacionalidades como Giulio Sorelli e Neno Vasco, e representavam os esforços de organização sindicalista dos anarquistas. Sobre este último, nascido em 9 de maio de 1878, na cidade de Penafiel, distrito do Porto em Portugal, seu nome verdadeiro era Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos. Ele vai ser conhecido como participante de jornais republicanos nos quais, mais tarde, em manifestações de origem popular e com influência da Internacional, conhece as ideias de Errico Malatesta. Nesse período, os jornais como *O Germinal*, de Lisboa, ou *O Agitador* de Porto, começava a ter grande influência do teórico italiano, passava das fileiras insurrecionalistas, para métodos mais organizados, tanto em volta do sindicalismo, mas das organizações políticas anarquistas (DUARTE, 2021). Já conhecido nas redes militantes como Neno Vasco, decide emigrar para o Brasil, no qual já havia tido uma passagem anteriormente, não pela necessidade, mas pelo que tudo indica pelo anseio internacionalista que começava a ler nas teorias anarquistas e pelo conhecimento que tinha dos grupos iniciais que estavam se formando no país (SAMIS, 2009).

Entre os anos de 1913 e 1915, Neno Vasco e o militante anarquista João Crispim realizavam um caloroso debate nas colunas do periódico *A Voz do Trabalhador*. João Crispim defendia uma vinculação entre os sindicatos e o anarquismo (o que ficou conhecido como anarcossindicalismo). Para ele, essa estratégia não forçaria alguém a se tornar previamente um aspirante dos ideais libertários, mas mostraria uma inclinação favorável às liberdades coletivas e individuais, pois “quando se ocultam as tendências, obedecendo a uma tática, a do silêncio, e ainda mais a da negação [...] cai-se num confucionismo lamentável, confucionismo e negação que favorecem as correntes contrária à emancipação dos trabalhadores (CRISPIM & VASCO, 2013, p.48).” Mas, de acordo com Neno Vasco, não existiria nenhum tipo de negação, desde que os anarquistas dentro do sindicalismo revolucionário agissem como uma “minoría atuante e propulsora” (CRISPIM & VASCO, 2013, p.42)

organizados internamente tanto para favorecer os ganhos imediatos quanto para radicalizar esses atos, transformando em possíveis ocasiões revolucionárias. Posição que o aproximava do dualismo organizacional.

Não obstante, a proposta da Aliança Anarquista veio do grupo em torno do periódico *Guerra Sociale*, ativo desde 1916. É interessante que este grupo provinha, em grande parte, da equipe editorial do *La Battaglia* e do seu sucessor *La Propaganda Libertaria*. O acompanhamento das guerras balcânicas, das campanhas antimilitaristas, dos debates sindicais de Errico Malatesta e do anarquismo italiano, bem como a solidificação de diversos desses militantes passando do antioraganizacionismo para figuras chaves dentro do sindicalismo na cidade, como era o caso do italiano Gigi Damiani, podem ser fatores que explicam essa guinada estratégica. Em 1916 eles também citam o Congresso Socialista de Zimmerwald, no qual pareciam ter contato com militantes que participaram dos debates desse evento, como o anarquista Luigi Fabbri, que tinham posições contundentes sobre o dualismo organizacional (SANTOS, 2021, p.212).

62

A proposta que provinha da capital de São Paulo e logo se alastrava no interior, tentavam também se alargar de forma nacional e começava gradativamente a apostar na unificação de determinados princípios e estratégias, sob a bandeira do “mesmo ideal” que poderiam ser efetivas no momento:

Os anarquistas residentes no estado de S.Paulo e localidades dos estados vizinhos, considerando o excepcional momento histórico causado pela conflagração europeia, cujas consequências não de provocar acontecimentos sociais de ordem econômica e política, em todos os países, acontecimentos que devemos e queremos determinar num sentido libertário e revolucionário (*GUERRA SOCIALE*, 30 de setembro de 1916, p.1)

Se opondo às inclinações individualistas, e buscando meios práticos entre os grupos, ou na palavra dos próprios redatores, “um sentido”, a base de acordo, ainda, determinava suas funções:

A Aliança fomentará, por todos os meios ao seu alcance, a propaganda contra as causas fundamentais da conflagração atual e de todos os males sociais que tem como origem o Estado e a propriedade individual, de instituições particulares e públicas.[...] A Aliança combaterá a propaganda eleitoral e qualquer partido político estatal, mesmo o que se propunha reformar e, portanto, consolidar a atual organização política e econômica, ou qualquer outra que se assenta sobre as aberrações nacionalistas e patrióticas. [...] Com relação ao movimento de classe, a Aliança

favorecerá o desenvolvimento das organizações econômicas de resistência dos operários das cidades e dos trabalhadores rurais ou colonos, provocando-as, mesmo, onde não existam, elaborando, para este fim um programa especial, subordinado, porém, a sua intervenção e ação à propaganda integral do anarquismo (*GUERRA SOCIALE*, 14 de outubro de 1916, p.3)

O projeto político da Aliança Anarquista, portanto, apostava em uma forma dupla de organização. De um lado, visava à luta gradual pela melhoria material dos grupos operários ou subalternos, adentrando e impulsionando os movimentos destes, desde que dentro do espectro internacionalista e classista e fora da esfera parlamentar ou estatal. E, ao mesmo tempo, defendida a própria organização dos anarquistas a partir de bases internas, definindo métodos para suas atuações nos respectivos ambientes essencialmente econômicos.

Não sabemos, fora as próprias posições do jornal *Guerra Sociale*, se a Aliança Anarquista de São Paulo definia seus métodos em conjunto ou como prefigurava maneiras de organizar as estratégias anarquistas após a adesão dos demais membros. Não obstante, é possível notar também que iniciativas para tais uniões não faltavam, pois os militantes defenderam frequentemente programas de atuação e reunião para debates. Projetos esses que eram transformados em grandes chamadas no qual tentavam sistematizar algumas posturas básicas, tanto para sua família política quanto para a população em geral.

Esse projeto político-social se definiu em 1917, mas deu lugar para a prática em torno do periódico *A Plebe*, que teve aspecto noticiador e por vezes organizador na greve geral do mesmo ano na cidade de São Paulo. Ele era um projeto de união entre redatores de diversas tendências e trajetórias, tanto na cidade quanto no país, como Maria Angelina Soares, Edgard Leuenroth, Gigi Damiani, Neno Vasco, Benjamin Mota, Florentino de Carvalho, Isabel Cerruti, ressaltando, não obstante, a estratégia do sindicalismo revolucionário. Além disso, tanto os participantes da Aliança Anarquista, quanto do periódico *A Plebe* tinha seus aderentes inseridos em diversos grupos de caráter prioritariamente econômico, tentando influenciá-los sob a ótica libertária, como o Comitê Popular de Agitação, o Comitê de Defesa Proletária, a FOSP (Federação Operária de São Paulo) reerguida neste período, e de outros importantes como referentes às demandas de gênero no movimento

operário como o Centro Feminino Jovens Idealistas, todos esses órgãos de caráter essencial para a construção e encaminhamentos da greve geral de 1917.

PRETO E VERMELHO: A ALIANÇA ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO E O PARTIDO COMUNISTA ANARQUISTA

Os projetos do dualismo organizacional anarquista nesse período logo foram reverberados em outras localidades. No Rio de Janeiro em 1918 o grupo em torno do Centro de Estudos Sociais e do periódico na *Barricada*, entre eles os militantes José Oiticica, Astrojildo Pereira, Fábio Luz, José Elias da Silva e outros, constituíram a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro em “uma reunião convocada para o dia 20 de janeiro” (*Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, 1918. p.1).

Um dos principais idealizadores desse projeto, José Oiticica, havia nascido no ano de 1882, na cidade de Oliveira em Minas Gerais. Filho do então advogado e futuro deputado e senador Francisco de Paula Leite e Oiticica e de Ana Adélia Leite e Oiticica, José teve uma educação notável em contato com línguas desde criança, como latim, francês e português, sendo internado em colégios religiosos e de alto escalão da sociedade brasileira do período. Embora tenha se rebelado a esse tipo de ensino quando criança, José Oiticica continuou proeminente em estudos múltiplos como o de matemática, ciências naturais e sociais, mesmo com interrupções e descontinuidades em suas formações. Formado em Direito, o personagem se aproximou das ideias republicanas e liberais, além de uma forte inclinação para o racionalismo. Interpretando que um dos males da sociedade brasileira era a falta de instrução, José Oiticica se empenhou no papel de professor, fato que o faz fundar, junto com sua prima e esposa Francisca Bulhões, o Colégio Latino-Americano, no Leme; a dirigir o Colégio Municipal de Laguna em Santa Catarina, e depois a compor o corpo docente do Colégio Batista e do Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro, além de posteriormente em diversas instituições de relevo para a comunidade acadêmica como a Universidade de Hamburgo e a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal. Seus biógrafos apontam que o contato com obras racionalistas, passando para o anticlericalismo e suas críticas ao regime republicano brasileiro – ainda mais visualizando o sistema de compadrio nos cargos públicos – ligadas também à sua participação na imprensa, o fizeram a se aproximar do

anarquismo (FIGUEIRA, 2008). A partir daí, se tornou um militante assíduo no movimento operário, envolvido em ações educativas para os trabalhadores em conjunto com jornais operários e anarquistas, além de forte incentivador da organização classista, participando de organismos como a Confederação Operária Brasileira, e escrevendo para os principais periódicos operários do período como *A Plebe*.

No boletim da Aliança Anarquista, contendo cinco páginas e de distribuição gratuita, Oiticica e outros militantes anarquistas notáveis escreviam que estavam sendo inspirados pelo projeto de *A Plebe* e da organização política anarquista e sindicalista de São Paulo e, nesse sentido, se justificavam citando as consequências da Primeira Guerra Mundial e da repressão no movimento operário, mencionando também o periódico *Guerra Sociale*. Para esses agentes, esse órgão, que se restringiria aos anarquistas do Rio de Janeiro para se organizarem diante das intensas greves na cidade desde 1917, “não é propriamente uma organização no sentido restrito e comum das agrupações libertárias”, mas como ressaltavam “um órgão de união, de entendimento, de aliança entre todos os anarquistas [...] formados em grupos ou não” (*Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, fevereiro de 1918, p.1.) Nesse sentido, para o historiador Wellington Nêbias, o mesmo grupo tinha posição de destaque na Federação Operária do Rio de Janeiro no período entre 1917 e 1918 e “muitos deles atuaram com frequência na União dos Operários em Fábricas de Tecidos, na União Geral dos Metalúrgicos, na União Geral da Construção Civil e na União Geral dos Trabalhadores” (NÊBIAS, 2009, p.151) associações essenciais nesse contexto grevista e na Insurreição Anarquista do Rio de Janeiro. Para o autor ainda, junto com a instrumentalização dos efeitos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, o debate da dupla organização anarquista foi essencial para amplificar e ligar essas greves ao movimento insurrecional já que

os anarquistas sabiam que a maioria dos trabalhadores não tinha a revolução como uma referência, para sua atuação. Apesar disso, estavam empolgados com o fortalecimento do discurso revolucionário entre os trabalhadores. Eles reconheciam que a revolução deveria ser feita pelo proletariado. Assim, era fundamental, para os anarquistas, que o descontentamento dos trabalhadores fosse amplificado ao máximo, para que pudesse ser convertido em desejo de revolução (NÊBIAS, 2009, p.160).

De fato, tanto as greves e insurreições no país, quanto o contexto revolucionário internacional devido à Revolução Russa, foi incontornável para os militantes do movimento operário e para os trabalhadores. Apoiando o evento - que só contou com posições contrárias pelos anarquistas após 1921 - para esses militantes era necessário acompanhar os movimentos sociais e revolucionários em geral, assim como o bolchevismo. A força da Revolução Russa se traduziu como potência às greves e às práticas sindicais no Brasil, assim como influenciaram os eventos insurrecionais, como a greve geral de 1917 e a Insurreição Anarquista de 1918 (SANTOS, 2016, p.123-142). Essa tática foi levada a cabo e incrementada até o ponto que fosse lançado em 1919, por Edgard Leuenroth e Hélio Negro, o livreto *O que é o maximismo ou o bolchevismo*, defendendo que tal processo revolucionário era o “caminho do almejado comunismo libertário, que trará para todos a paz, o bem-estar e a liberdade”.

66

Contudo, a forte repressão e o declínio do movimento após esse evento e com os desdobramentos da malfadada insurreição anarquista de 18 de novembro de 1918, no Rio de Janeiro, instigaram os militantes libertários a incrementarem outros tipos de organizações, além de suas alianças. A medida foi a criação, em 1919, do Partido Comunista do Brasil ou “Partido Comunista Anarquista”. Gestado na cidade do Rio de Janeiro, o partido foi fundado em março de 1919, admitindo “anarchistas, socialistas e todos que aceitarem o comunismo social” (*A PLEBE*, São Paulo, 28 de junho de 1919, p.1) como programa. Entre as ações de maior destaque no período é possível citar a organização do 1º de maio de 1919 e da Primeira Conferência Comunista do Brasil, perpetrada na então capital federal entre os dias 21 e 23 do mesmo ano. Objetivando uma presença difusa no território nacional, o partido contou com a fundação de núcleos em diferentes estados, mas principalmente no Rio de Janeiro a partir do jornal *Spártacus* e *A Plebe* em São Paulo, que publicavam seu programa político e social:

1- Podem fazer parte do Partido todos os homens e mulheres residentes do Brasil que estejam de acordo com o seu programa e meios de ação. 2 — O ingresso como sócio do Partido vale por um compromisso pessoal de defender e propagar o programa aceito. [...] A ação do Partido consiste na propaganda sistemática, por todo o país, do socialismo integral ou comunismo e na arregimentação e educação do proletariado em geral para posse dos poderes públicos — único meio pelo qual poderá realizar o seu programa. (*A PLEBE*, São Paulo, 12 de abril de 1919, p.1)

Favorecendo aspectos ideológicos libertários, não obstante, o próprio uso do título “Comunista” em detrimento de “Anarquista” ou “Libertário”, anteriormente utilizado na nomenclatura de órgãos de aglutinação política no país, evidencia que tais militantes também consideravam expandir sua tentativa de congregação de forças militantes para além dos anarquistas. É evidente que o termo em questão, no período, era utilizado por todos os ramos socialistas, inclusive libertária. Ainda assim, os militantes ampliaram seus critérios de ingresso que eram apenas de núcleos e grupos anarquistas para grupos e militantes que se reivindicavam comunistas. Dessa maneira,

Esse dualismo, portanto, na prática, possivelmente diferia das alianças anteriores. Por um lado propunha-se a organizar militantes diversos por meio de um programa coeso, mas geral e aglutinador, construindo uma força significativa para lidar com o refluxo do ativismo nas cidades, visando erguer novamente os movimentos sociais que estavam danificados, desde que ancorados em algumas propostas básicas libertárias; por outro – pessoalmente e mediante esse órgão e outros – alavancar os movimentos populares, instrumentalizando qualquer ideário desde que fosse minimamente progressista ou revolucionário (SANTOS & FERNANDES, 2018, p.69).

67

Para muitos militantes anarquistas, o bolchevismo seria uma estratégia tal qual o sindicalismo revolucionário, que uniria órgãos essencialmente políticos, além dos sindicais, com uma aglutinação de várias tendências ideológicas com um fim programático. Interessante também que tal órgão se pretendia nacional, o que evidencia o desejo e o ideário crescente dos militantes anarquistas para uma ação coesa e aglutinadora no país. Na verdade, as redes de contato durante o processo grevista entre 1917 e 1919, que se mostravam efetivas, seriam solidificadas nessa visão, visando um processo como na Revolução Russa.

O periódico paulistano *Alba Rossa*, constituído pelo grupo em torno de Angelo Bandoni, em 1919, intimamente preocupado em reestabelecer um poderoso laço internacionalista com outros grupos anarquistas, foi o primeiro a se manter mais cauteloso ao apoio concedido aos bolcheviques, apesar de que não faltasse, em suas colunas, o apoio a esse processo revolucionário. O jornal ainda fez algumas ponderações sobre a construção do Partido Comunista, que estava sendo altercado em São Paulo e no Rio de Janeiro:

Outro ponto que se presta a equívocos graves é aquele em que se proclama a “arregimentação e educação do proletariado, em geral, para a conquista do poder pelo público - único meio pelo qual poderá realizar o seu programa” - conquista revolucionária, você vai dizer, e bem, nós concordamos. Mas, qual é o fim desta conquista? Para superar o poder? Para a divisão pública da Comuna e dos Sovietes? (ALBA ROSSA, 11 de março de 1919, p.1).

Para alguns redatores do *Alba Rossa*, o programa não tinha a menor proximidade com os ideais anarquistas, uma vez que não estaria claro, por exemplo, se a conquista do poder seria nos moldes do Partido Comunista Russo e do processo revolucionário socialista bolchevique ou por meio da divisão autogestionária, pensada pelos anarquistas. Assim, alguns dos próprios militantes libertários do período questionavam se o órgão e o programa eram consequência dos debates de organização anarquista ou mesmo como qualquer partido comunista, resultado do vislumbre do processo revolucionário soviético.

Além disso, as posições mais próximas ao bolchevismo foram danosas ao anarquismo quando, no começo da seguinte década, a maioria dos libertários rejeitaram o processo que estava sendo instaurado pelos soviets, principalmente após às denúncias de militantes sobre a repressão desencadeada no processo de consolidação do Estado contra os anarquistas. Além disso, a criação do Partido Comunista do Brasil em 1922, agora de clara orientação comunista e marxista, se mostrava forte no país também pelo esforço dos anarquistas que, por razões ideológicas e estratégicas, tiveram que abandonar o projeto. Outros, como foi o caso de Astrojildo Pereira, passaram das fileiras anarquistas para o marxismo e o leninismo de inspiração soviética (SANTOS; FERNANDES, 2018).

Tanto o racha entre anarquistas e marxistas no período, sua disputa pelo movimento operário mas também o aumento da repressão após o ciclo insurrecional e grevista entre 1917-1919, foram decisivos para a não duração de um órgão político de união dessas tendências. De toda maneira, não podemos entender a própria construção do primeiro partido de orientação marxista de alcance nacional se não entendermos essa trajetória de militantes anarquistas e socialistas e seus debates e práticas que tratavam da organização da classe trabalhadora no país. Estas não forneceram apenas tradições organizativas, mas forneceram também inserção social e respaldo entre uma parte da população, já que tinham boa relação e articulação nos bairros operários, assim como nos sindicatos anteriormente edificados.

ENFRENTANDO A DOMINAÇÃO MASCULINA COMO ORGANIZAÇÃO: O CENTRO FEMININO JOVENS IDEALISTAS E A LIGA COMMUNISTA FEMINISTA

No mesmo período da Primeira Guerra Mundial um dos principais grupos anarquistas encabeçados por mulheres foi criado, o Centro Feminino Jovens Idealistas de São Paulo que contava com militantes de relevo no movimento no operário como Isabel Cerruti, Maria Valeska, Maria Angelina Soares, Emma Mennoch e Elvira Boni. As mulheres anarquistas e socialistas foram centrais para o debate do antimilitarismo também construindo o Congresso Internacional da Paz em 1915, evento no Rio de Janeiro que congregou militantes de diversos países como Portugal, Espanha, Argentina e outros (MENDES, 2021, p.307-341).

O órgão proposto para abordar suas demandas específicas de gênero, assim como incentivar a instrução e atuação da população feminina operária, também era publicado e apoiado por seus companheiros em *A Plebe*:

Considerando que a emancipação da mulher constitui uma necessidade para a liberdade dos povos e que essa emancipação só se conseguirá mediante a instrução racional e científica e pela luta consciente em prol dos seus direitos e reivindicações, este Centro propõe: 1º - Reunir em seu seio o maior número possível de pessoas do sexo feminino; 2º - Manter nas mais estreitas e amistosas relações com todas as pessoas que tenham aspirações de liberdade e com as instituições cujos fins tendam à emancipação da Humanidade; 3º - Trabalhar no sentido de instituir e educar as mulheres para assim elevar-lhes o caráter e torná-las apta a conquistar a sua emancipação; Para este fim empregará os seguintes meios: a)- Criar escolas gratuitas para as jovens e meninas que desejem instruir-se; b)- Fundar bibliotecas, editar publicações de propaganda de educação e regeneração social; c)- Organizar conferências, festivais instrutivos e recreativos, etc.; 4º - Combater todos os males sociais assim como as causas que as originam, e aderir a todas as iniciativas que tiverem esse fim ("Bases de Acordo do Centro Feminino Jovens Idealistas" In OLIVEIRA, 2001, p.153).

Vendo que era necessária a organização das mulheres e de órgãos para cuidarem de suas demandas de gênero, o Centro Feminino Jovens Idealistas tentava também se anexar aos eventos e órgãos operários inflamando progressivamente um caráter revolucionário, como em sua participação no Congresso Internacional da Paz em 1915 e sua associação com os sindicatos presentes no evento sob caráter transnacional, ou de sua presença no Comitê de Defesa Proletário nos eventos da greve geral de 1917 (SANTOS, 2021, p.188-193).

A militante Isabel Cerruti tentava mostrar que além da importância em reunir mulheres para debaterem problemas específicos, depois disso - visando a luta material e o embate contra o sistema político vigente - era necessária a união de ambos os gêneros dentro do filtro de classe:

A emancipação da mulher não está na igualdade desta perante o homem, nas prerrogativas políticas, de mando e de trabalho, mas sim na emancipação da humanidade da tutela política e na igualdade econômica e social de todo gênero humano. [...] Igualá-la aos homens é ficar onde estamos. Nós devemos lutar ao seu lado e junto aos homens para que a emancipação da mulher seja um fato, não para a mulher, ou para o homem, mas para todas as pessoas (inclusive crianças e adolescentes) para a humanidade, porque os dois sexos se integram e se completam. (Centro Feminino de Educação in MENDES, 2021, p.320).

Mais do que garantir a igualdade da mulher e homem perante as leis, a luta das mulheres, para a militante, deveria se ocupar também das atividades que envolviam a transformação da realidade, trazendo homens como aliados, quando necessário, para a destruição de qualquer ideário, além da esfera política e econômica, que pudesse reproduzir alguma forma de desigualdade entre o gênero humano como um todo. Não obstante, o que dava consistência para o grupo no período e que foi o principal motivo de sua ascensão e influência no movimento operário na cidade, foram as campanhas antimilitaristas, onde tal órgão tinha posição de destaque. Elencando que tal ideário fazia parte de alguns grupos progressistas, assim como era típico do anarquismo havia alguns anos, e tentando mostrar que tal evento era resultado ainda da ordem social e política estabelecida, os redatores do jornal tentavam desconstruir as pretensões militares e nacionalistas que poderiam estar presentes entre os trabalhadores e grupos subalternos:

O soldado é do povo e com o povo sofre as consequências da má organização social. Vemo-lo no comprimento de suas tristes atribuições, obediente e submisso, sofrer os rigores das intempéries enquanto no seu lar a miséria domina, mantendo seus filhos mal educados e faltos na necessária educação. [...] Urge intensificar a propaganda libertadora entre os que vestem farda, sendo de grande proveito à organização de grupos, com o fim de, por meio de módicas contribuições mensais, fazer no seu meio larga e constante distribuição das nossas publicações. Se assim se proceder, conseguiremos formar uma consciência livre no soldado, apressando a vitória de nossas aspirações. Só então nos veremos livre, desta atmosfera de vilanias, de opressão e de crime em que nos mantém o capitalismo, estabelecendo um regime de felicidade para todos (*A Plebe*, 1917, p.2).

Uma das campanhas das militantes, portanto, era tentar desconstruir o ideário militarista entre os próprios oficiais, mostrando que a defesa da guerra e a do nacionalismo faziam parte de planos de outros grupos, em torno das classes abastadas e do Estado.

Apesar da repressão que se seguiu no contexto posterior às greves e insurreições entre 1917-1920, a estratégia dessas mulheres saiu fortalecida uma vez que a própria greve geral de 1917 havia sido iniciada por uma categoria de mulheres no setor de tecelagem no Cotonifício Rodolfo Crespi, no bairro da Mooca. Elas haviam entendido a necessidade de se organizar em um nível social, de massas, mas também num nível para discutir e reunir mulheres, costurando suas políticas mais específicas.

Nesse movimento, em 1919, foi criada a Liga Feminista Brasileira, chamando a população para o Congresso Comunista no mesmo ano. Essa liga e o evento foram construídos por militantes como Waldemira Fernandes Elisa Gonçalves, Rosa Legal e a anarquista Elvira Boni (SAMIS; MOTTA, 2021, p.95-96). Esta última militante havia nascido na cidade do Espírito Santo do Pinhal, em São Paulo, no ano de 1899, filha de atuantes anarquistas, Angelo Boni, metalúrgico e integrante do Círculo Socialista Dante Alighieri, e Tercila Aciratti Boni. Beatriz Campos ressalta ainda que

Seus irmãos mais velhos, Amílcar e Estevam Boni, eram ferreiros anarquistas, e fundaram o sindicato União Geral dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro. Suas irmãs trabalhavam também como costureiras, bordadeiras e chapeleiras, sendo o nome de uma delas Ernestina, que sua mãe deu em homenagem à militante socialista, que ela chegou a conhecer (CAMPOS, 2021, p.15).

Nessa tradição, já em 1909 participou da Liga Anticlerical com anarquistas, socialistas e republicanos e começava a publicar em jornais anarquistas e sindicalistas revolucionários, como *O Operário*, a partir de 1912. Participando de diversas organizações sindicais, ela presidiu a mesa de trabalhos do III Congresso Operário em 1920, e sua sessão de encerramento, no Rio de Janeiro (CAMPOS, 2021, p.9-17).

Ainda em 1919 ela e outras mulheres anarquistas também estavam se articulando em torno da União das Costureiras que havia reunido mais de 200 trabalhadoras, órgão também apoiado pelas militantes Carmen Ribeiro, Waldemira Fernandes e Maria de Lourdes Nogueira, uma destacada figura anarquista

e feminista que entre 1920 e 1922 construiu também a Liga Feminista de Estudos Sociais, o 1º Congresso Feminista Brasileiro, além de diversas greves, como na Companhia Leopoldina Railway (SAMIS; MOTTA, 2021, p.95-99).

As discussões de mulheres socialistas e anarquistas em torno do antimilitarismo, do sindicalismo revolucionário e do bolchevismo, além de suas lutas inseridas nos bairros operários, garantiram suas aproximações com o programa do Partido Comunista Anarquista. Ainda assim, elas lançavam um agrupamento complementar que pudesse discutir suas questões próprias e de forma igualmente organizada a partir da Liga Comunista Feminista.

Elas afirmavam que seu organismo tinha por objetivo “a emancipação social, econômica, e moral da mulher, bem como a intensificação dos elevados sentimentos de solidariedade” construindo “os princípios fundamentais do comunismo anárquico” (SAMIS; MOTTA, 2021, p.98). Para participar o requisito era que as companheiras estivessem “de inteiro acordo com a sua orientação” e também falavam da construção de juntas administrativas e das reuniões periódicas, mostrando a organicidade do grupo. Em seu “apêndice” elas sublinhavam a necessidade de um horizonte revolucionário, evidenciando suas influências socialistas e libertárias:

Não deve existir classe governante na sociedade, nenhum governo ou poder que possa dispor da liberdade e dos bens dos cidadãos, nem parlamentos que ditam as leis de um país inteiro. [...] As reuniões sexuais devem fundar-se no amor. A mulher deve ser, econômica e moralmente, independente (A Razão in SAMIS, MOTTA, 2021, p.101).

Apesar dos caminhos da Revolução Russa, que danificou também tais órgãos de congregação política, diversas mulheres anarquistas continuavam seus esforços organizativos, participando além de seus grupos sindicais e operários, nas atividades culturais e artísticas como teatros e conferências, e em órgãos antifascistas e democráticos como a Frente Única Antifascista, em 1933, e a Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, em 1931. A influente Maria Lacerda de Moura, por exemplo, havia escrito “Clero e Fascismo” e “*Fascismo – filho dileto da Igreja e do capital*”, material que havia sistematizado teoricamente as ideias anarquistas referentes ao nascimento e à atuação dos regimes fascistas no período (SANTOS, 2021, p.273-285).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates e práticas de anarquistas, libertários e de outros socialistas e sindicalistas no contexto da Primeira República do Brasil exercitam o conceito de “experiência” e sua relação com a formação da própria classe e sua consciência, como refletido pelo historiador inglês Edward Thompson. Para este historiador, estas experiências, ao contrário de serem respostas automáticas às forças produtivas são “definidas pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, está é sua única definição” (THOMPSON, 1987, p.12). É um erro, portanto, separarmos a experiência da classe trabalhadora e suas expressões ideológicas e fazermos um corte a partir do nascimento ou introdução de outra corrente política. A afirmação que é a partir de um partido político de 1922 que se inicia uma forma organizacional política dos trabalhadores é um erro crasso dentro desta visão.

73

Com certeza, anarquistas, libertários e sindicalistas forneceram experiências, práticas, visões e performances que possibilitaram tanto agentes de sua própria família política, quanto de outras correntes, assim como da própria classe, pensarem e continuarem refletindo sobre a questão organizacional, tanto em seus aspectos sociais, políticos, de gênero mas de diversas outras questões, ainda aqui não abordadas. Assim, pensamentos, interrogações e conclusões posteriores não surgiram do acaso, ou de intelectuais ilustrados, mas da própria trajetória de trabalhadores e explorados que cederam suas experiências, falhas e acertos para as gerações e articulações futuras.

Também podemos rebater hipóteses que ligam os setores libertários como intrinsecamente antiorganizativos. Além de sempre proporem níveis de organização social, anarquistas estiveram envolvidos com os debates e construções de organismos que debatiam (ou combatiam) o nível político. Embora os debates sobre uma organização anarquista que pudesse atuar em dois níveis, o político e o social, fosse solidificado bem mais tarde, essa tradição e esses esforços não podem ser ignorados, uma vez que construíram também a cultura política socialista libertária.

FONTES

- Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp. *A Plebe*, São Paulo, 1917-1920.
- Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp. *Guerra Sociale*, São Paulo, 1916-1917.
- Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp. *Il Risveglio*, São Paulo, 1898-1899.
- Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp. *L'avvenire*, São Paulo, 1894-1895.
- CEDEM - Centro de Documentação e Memória da UNESP. Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, 1918.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Beatriz Luedemann. "Avante, companheiras!": as lutas sindicais das operárias do Rio de Janeiro na União das Costureiras a partir da trajetória de Elvira Boni". Dissertação (Graduação em História), Universidade Federal de São Paulo - Guarulhos, 2021.
- CRISPIM, João; VASCO, Neno. *Anarquistas no sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim*. São Paulo: Biblioteca Terra Live/ Núcleo de estudos libertários Carlo Aldegheri, 2013.
- DUARTE, Ricardo Diogo (2021), *O anarquismo e a arte de governar: Portugal, última década do século XIX e primeiras décadas do Século XX*, Tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e Conflito social: 1890- 1920*. São Paulo: Difel, 1977.
- FIGUEIRA, Cristina Aparecida. *A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira*. Tese (doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Puc, São Paulo, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das letras, 1998.
- LENINE, Vladimir. "Socialismo e Anarquismo" in: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1986.
- LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do Mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas - São Paulo, Editora da Unicamp, 2013.
- LOPREATO, Christina. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000.

MENDES, Samanta Colhado. *Companheiras: mulheres anarquistas em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Faísca, 2021.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981.

NÊBIAS, Wellington Barbosa. *A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Antoniette. *(Des) fazer-se, (Re) viver... a (des)continuidade das organizações anarquistas na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2001.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. "Pela Reforma, contra a Revolução:" Notas sobre Reformismo e Colaboracionismo na História do Movimento Operário Brasileiro da Primeira República". *Revista Crítica Histórica*, ano III, n.5, 2021, p.26-59.

75

SAMIS, Alexandre. *"Minha pátria é o mundo inteiro": Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

SAMIS, Alexandre; MOTTA, Katia. "O Partido Comunista do Brasil de 1919: uma iniciativa de classe, gênero e organização" in: ADDOR, Carlos Augusto; SANZ, Luiz Alberto; SAMIS, Alexandre (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil: volume 3*. São Paulo: Editora Entremares, 2021. p.95-115.

SANTOS, Kauan Willian dos; FERNANDES, André. "A bandeira vermelha e negra: posições políticas e estratégias anarquistas frente à Revolução Russa no Brasil". *Revista Latino-Americana de História*, vol. 7, num. 19, 2018, p.63-84.

SANTOS, Kauan Willian dos. *Pontes de liberdade: internacionalismo e imaginários nacionais na construção do anarquismo no Brasil (1890-1937)*. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.